

Líderes decidem apressar votações

Jamil Bittar — 21/5/92

Os líderes do Senado decidiram ontem acelerar a votação dos projetos de modernização dos portos, das licitações e da concessão de serviços públicos. Esse acordo para a tramitação em regime de urgência das três propostas foi o único ponto comum a que eles chegaram na reunião com o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE). Os líderes não assumiram compromisso de que suas bancadas aprovarão os projetos durante a convocação extraordinária do Congresso.

“A guerra é grande e querem me matar”, resumiu ontem o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). Ele reconhece que os três temas selecionados ontem pelos líderes para votação em urgência são polêmicos, mas aponta o projeto de licitações como o mais complexo. “Tanto no projeto dos portos como no das licitações, a bancada do PMDB está dividida”, antecipou o líder do partido no Senado, Humberto Lucena (PB), que reúne hoje sua bancada para tentar um consenso. Se a polêmica persistir, o PMDB abrirá a questão, jogando as disputas para o plenário.

Simon é o relator do projeto de licitações e admite que a “guerra” travada em torno da proposta foi provocada pelo conteúdo explosivo de seu parecer. Ele ressaltou como grande inovação a autorização pa-



Simon disse que governo enfrenta uma “guerra” no Congresso

ra que o Tribunal de Contas da União devasse a contabilidade da empresa, nos casos de licitações irregulares. “Dizem que é uma loucura inconstitucional, mas se há corruptos na máquina estatal manipulando licitações públicas, temos que enfrentar também os corruptores”, justificou o líder governista. Seu parecer deverá sair da Comissão de Infra-Estrutura, onde tramita, seguindo direto ao plenário para a deliberação dos senadores.

□ Os presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), decidiram-se pela autoconvocação do Congresso, simultânea à convocação extraordinária do presidente Itamar. Estão na pauta assuntos de competência do Congresso, como escolha de três diretores do Banco Central e autorizações para empréstimos da União a estados e municípios.